

de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: <http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas>.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

VANIA CRISTINA CANUTO SANTOS

**SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE**

**PORTARIA Nº 20, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019**

Divulga a relação dos municípios com vagas remanescentes para a segunda fase da chamada pública do Edital SGTES/MS nº 22, de 7 de dezembro de 2018, destinada aos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, inscritos para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos dos subitens 4.4.5 e 5.1 do Edital SGTES/MS nº 22, de 7 de dezembro de 2018.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>, a relação dos municípios com vagas remanescentes para a segunda fase, destinada aos médicos brasileiros formados em instituições estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior, com inscrição validada para o Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos dos subitens 4.4.5 e 5.1 do Edital SGTES/MS nº 22/2018.

Parágrafo único. As vagas disponibilizadas para segunda fase são as vagas remanescentes da primeira fase do Edital SGTES/MS nº 22/2018.

Art. 2º Os candidatos de que trata o subitem 2.1.2 do Edital SGTES/MS nº 22/2018, deverão manifestar interesse na concorrência à alocação nas vagas de que trata o art. 1º, através do SGP, procedendo à escolha dos municípios, observadas as regras do Edital, especialmente dos subitens 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.5, e o prazo estabelecido no cronograma disponível no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO

**PORTARIA Nº 21, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019**

Divulga a alteração do resultado da Portaria SGTES/MS nº 16, de 30 de janeiro de 2019, após revisão de ofício e análise das impugnações, realizadas até a data de 06 de fevereiro de 2019, para fins dos subitens 4.4.4 e 4.4.5 do Edital SGTES/MS nº 22, de 7 de dezembro de 2018.

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e considerando os termos da Portaria Interministerial nº 1.369/MS/MEC, de 8 de julho de 2013, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, resolve:

Art. 1º Divulgar no endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>, a relação da análise de validação documental do Edital SGTES/MS nº 22, de 7 de dezembro de 2018, após revisão de ofício e análise das impugnações, realizadas até a data de 06 de fevereiro de 2019, dos candidatos médicos brasileiros formados em instituições de educação superior estrangeiras com habilitação para exercício da Medicina no exterior para adesão ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, constando do Anexo I - os candidatas com as inscrições validadas e no Anexo II - candidatas com inscrições invalidadas.

Art. 2º Os candidatos indicados no Anexo I estarão aptos à escolha de municípios, nos termos dos subitens 4.4.4 e 4.4.5 do Edital SGTES/MS nº 22/2018.

Parágrafo único. Permanecem válidos os resultados da Portaria SGTES/MS nº 16, de 30 de janeiro de 2019, não alterados pelo presente ato.

Art. 3º Os médicos com inscrição validada deverão acessar o SGP, por meio do endereço eletrônico <http://maismedicos.gov.br>, para participar da etapa de escolha dos municípios, sob pena de não avançar nas demais etapas, devendo obedecer aos procedimentos descritos no Edital, estando cientes, inclusive, quanto às regras de alocação, conforme o subitem 4.5.1 do Edital SGTES/MS nº 22/2018.

Art. 4º A escolha do local de atuação prevista no item 4.5 do Edital SGTES/MS nº 22/2018, deverá ser realizada no prazo indicado no cronograma disponível no site <http://maismedicos.gov.br>.

Art. 5º Somente os médicos com inscrição validada terão acesso ao SGP para escolha dos municípios, observadas as regras do subitem 4.4.5 do Edital SGTES/MS nº 22/2019.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAYRA ISABEL CORREIA PINHEIRO

**Conselho Nacional do Ministério Público**

**PORTARIA Nº 16, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019**

Altera a Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, que dispõe sobre a organização e o funcionamento dos Comitês, Fóruns, Representações, Grupos de Trabalho e congêneres no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público e dá outras providências.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das suas atribuições previstas no art. 130-A, I, da Constituição Federal e no art. 12, XVII, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público e tendo em vista o que consta do Procedimento Administrativo nº 19.00.4009.0011604/2018-33, resolve:

Art. 1º O parágrafo único do art. 6º da Portaria CNMP-PRESI nº 70, de 27 de março de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. O CGNTU é vinculado à Comissão de Planejamento Estratégico (CPE)." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**PORTARIA Nº 17, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019**

Estabelece o Cronograma Anual de Desembolso Mensal para o CNMP, no Exercício Financeiro de 2019.

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 130-A, § 2º, inciso I, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, combinado com o art. 58, da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar o Cronograma Anual de Desembolso Mensal, com os valores estabelecidos no anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

**ANEXO**

59.000 - CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
CRONOGRAMA ANUAL DE DESEMBOLSO MENSAL - 2019  
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS / OUTRAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL

MÊS	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	OUTRAS DESPESAS CORRENTES E CAPITAL
ATÉ JANEIRO	4.040.000	2.450.000
ATÉ FEVEREIRO	8.540.000	6.382.000
ATÉ MARÇO	13.040.000	10.314.000
ATÉ ABRIL	17.540.000	14.246.000
ATÉ MAIO	22.040.000	18.178.000
ATÉ JUNHO	28.790.000	22.110.000
ATÉ JULHO	33.290.000	26.042.000
ATÉ AGOSTO	37.790.000	29.974.000
ATÉ SETEMBRO	42.290.000	33.906.000
ATÉ OUTUBRO	46.790.000	37.838.000
ATÉ NOVEMBRO	51.290.000	41.770.000
ATÉ DEZEMBRO	52.270.445	45.703.568

Nota: Esta programação poderá sofrer alterações, em função de serviços extraordinários, férias, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores. Limitação e recomposição de limitação de empenho e/ou créditos adicionais.

**Ministério Público da União**

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

**PORTARIA Nº 1, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2019**

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 4ª PROSUS, na forma do art. 8º, § 1º, da Lei 7.345/1985 e art. 7º, inciso I da Lei Complementar nº 75/1993, resolve: instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.023191/19-29, que tem como interessado: Secretaria de Saúde do Distrito Federal, referente a contratação da empresa Inova Comunicações e Sistemas Ltda para prestação de serviço de manutenção e garantia de solução tecnológica composta de uma Central de Regulação Médica de Urgência.

MARCELO DA SILVA BARENCO

**Poder Judiciário**

**SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL**

**CORREGEDORIA-GERAL**

**TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUÍZADOS ESPECIAIS FEDERAIS**

**PAUTA DE JULGAMENTOS**

Determino a inclusão dos processos abaixo relacionados na Pauta de Julgamentos ORDINÁRIA do dia 21 de fevereiro de 2019, do sistema eproc, quinta-feira, às 09:00, a ser realizado na sede da Turma Nacional de Uniformização, Conselho da Justiça Federal, SCES - Lote 09 Trecho 3 - Polo 08 - 3º andar, sala de sessões, na cidade de Brasília-DF, podendo, entretanto, nesta Sessão ou nas Sessões subsequentes, serem julgados os processos adiados ou remanescentes.

REPRESENTATIVOS DA CONTROVÉRSIA - SISTEMA EPROC:  
0000001 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5020036-21.2013.4.04.7001/PR (TEMA 194)

RELATORA: JUÍZA FEDERAL CARMEN ELIZANGELA DIAS MOREIRA DE RESENDE  
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL  
REQUERIDO: OSVALDO DE CARVALHO

ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR  
REQUERIDO: MARIO TATSUO NAKANO

ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR  
REQUERIDO: WARNEY MAURO DA COSTA VAL

ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR  
REQUERIDO: NELSON AVILA SIMAO

ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR  
REQUERIDO: LUIZ DE PAULA ROCHA

ADVOGADO: AUREO FRANCISCO LANTMANN JUNIOR  
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

0000103 PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0503639-05.2017.4.05.8404/RN (TEMA 187)

RELATOR: JUIZ FEDERAL SERGIO DE ABREU BRITO  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

REQUERIDO: FABIO ALEXANDRE SOARES ALVES  
ADVOGADO: HEITOR FERNANDES MOREIRA

MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
AMICUS CURIAE: INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO (IBDP)

ADVOGADO: GISELE LEMOS KRAVCHYCHYN  
0000059 EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE

INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 5008468-36.2017.4.04.7108/RS (TEMA 171)

RELATOR: JUIZ FEDERAL GUILHERME BOLLORINI PEREIRA  
EMBARGANTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

EMBARGANTE: JOAO RAUL DA SILVA  
ADVOGADO: LUIZ EDUARDO COSTA SCHMIDT

ADVOGADO: JONAS FELIPE SCOTTÁ  
ADVOGADO: RODRIGO RIBEIRO LEITAO

EMBARGADO: OS MESMOS  
MPF: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

0000179 (PEDIDO DE VISTA) PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI (TURMA) Nº 0506698-72.2015.4.05.8500/SE (TEMA 177)

RELATOR: JUIZ FEDERAL RONALDO JOSE DA SILVA  
PEDIDO DE VISTA: JUÍZA FEDERAL JUÍZA FEDERAL TAIS VARGAS FERRACINI DE CAMPOS

GURGEL  
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

